

27 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

Poderes. Políticos e juristas condenam compartilhamento de vídeos que convocam para atos anti-Congresso; decano do STF diz que conduta revela a 'face sombria' do presidente

Reação a Bolsonaro cita crime de responsabilidade

SÃO PAULO
BRASÍLIA

Um dia após o presidente Jair Bolsonaro compartilhar dois vídeos de convocação para protestos anti-Congresso, autoridades, políticos e juristas reagiram, citando até a possibilidade de que ele tenha cometido crime de responsabilidade. O governo tentou minimizar a crise. Bolsonaro afirmou que se tratou de “troca de mensagens de cunho pessoal”. Militares que atuam no Planalto alegaram que o presidente não fez críticas diretas aos parlamentares, nem foi o responsável pela confecção do vídeo.

O envio das mensagens por Bolsonaro foi revelado anteontem pelo site *BR Político*. Uma das respostas mais contundentes veio do Judiciário. O decano do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello, afirmou que considera “gravíssima” a conduta de Bolsonaro e que o envio do vídeo a aliados revela a “face sombria de um presidente que desconhece o valor da ordem constitucional”. Para Mello, Bolsonaro demonstra uma visão “indigna de quem não está à altura do altíssimo cargo que exerce”.

“O presidente da República, qualquer que ele seja, embora possa muito, não pode tudo, pois lhe é vedado, sob pena de incidir em crime de responsabilidade, transgredir a supremacia político-jurídica da Consti-

tuição e das Leis da República”, afirmou o ministro. A lei 1.079/50 prevê, como um dos crimes de responsabilidade do presidente, atentar contra “o livre exercício” dos outros Poderes, o que pode levar a um pedido de impeachment.

Setores da sociedade também relacionaram o ato de Bolsonaro com uma possível conduta criminosa. O secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Joel Portella Amado, disse que a Igreja Católica poderá questionar judicialmente a responsabilidade de Bolsonaro por difundir os vídeos. A atuação do presidente no episódio “ultrapassa os limites da legalidade”, na avaliação da presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), Rita Cortez.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que “criar tensão institucional não ajuda o País a evoluir”. “Somos nós, autoridades, que temos de dar o exemplo de respeito às instituições e à ordem constitucional”, declarou (*mais informações nesta página*). Anteontem, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Dilma Rousseff (PT) já haviam repudiado o envio dos vídeos com convocação para um protesto anti-Congresso.

O presidente respondeu pelas redes sociais. Em um post no Twitter, Bolsonaro declarou que troca “mensagens de cunho pessoal” com amigos pelo WhatsApp, sem negar que te-

nha enviado a filmagem. “Qualquer ilação fora desse contexto são tentativas rasteiras de tumultuar a República”, disse. Segundo o **Estado** apurou, Bolsonaro ficou irritado com o ex-deputado Alberto Fraga e o ministro-chefe da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos, que falaram sobre o vídeo com a imprensa nos últimos dias.

Harmonia. Presidente do Supremo, o ministro Dias Toffoli defendeu uma “convivência harmônica entre todos”. Sem mencionar o vídeo divulgado por Bolsonaro, ele afirmou que o Brasil “não pode conviver com um clima de disputa permanente” e que não existe “democracia sem um Parlamento atuante, um Judiciário independente e um Executivo já legitimado pelo voto”. Também ministro, Gilmar Mendes afirmou que as instituições devem ser “honradas por aqueles aos quais incumbe guardá-las”.

A oposição aproveitou o episódio para atacar o governo. O PSOL fez um pedido à Procuradoria-Geral da República (PGR) para abrir investigação com o objetivo de responsabilizar “Bolsonaro e seus aliados que estejam convocando a população para atacar a democracia”. O líder do PT no Senado, Rogério Carvalho (SE), afirmou que vê crime de responsabilidade no ato do presidente. /
AMANDA PUPO, FELIPE FRAZÃO, LUIZ VASSALLO, PAULO ROBERTO NETTO, PEDRO PRATA, PEPITA ORTEGA e RAFAEL MORAES MOURA

CONTINUA

27 FEV 2020

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● Repercussão

O presidente da República, embora possa muito, não pode tudo, pois lhe é vedado, sob pena de incidir em crime de responsabilidade, transgredir a supremacia político-jurídica da Constituição.”

Celso de Mello

MINISTRO DO SUPREMO

“Criar tensão institucional não ajuda o País a evoluir. Somos nós, autoridades, que temos de dar o exemplo de respeito às instituições e à ordem constitucional. O Brasil precisa de paz e responsabilidade para progredir.”

Rodrigo Maia

PRESIDENTE DA CÂMARA

“No WhatsApp, algumas dezenas de amigos onde trocamos mensagens de cunho pessoal. Qualquer ilação fora desse contexto são tentativas rasteiras de tumultuar a República.”

Jair Bolsonaro

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

“O vídeo não fala do Congresso. É um vídeo de apoio ao governo que ele recebeu e, pelo tom emotivo, apenas repassou para uma lista reservada de pessoas. Só no privado”

Luiz Eduardo Ramos

MINISTRO DA SECRETARIA DE GOVERNO

Se não nomear as atitudes do presidente, a imprensa vai desinformar o público

Está no *Gênesis*: a incumbência de dar nome aos seres vivos foi transmitida ao homem por ninguém menos que Deus. De lá para cá, a briga não parou mais. Definir como se deve chamar cada uma das coisas deste mundo virou uma disputa interminável. Cientistas concorrem para saber qual deles vai designar a nova estrela ou o novo vírus. Locutores esportivos competem para dar o melhor apelido ao jogador de futebol de brilha na temporada. Marqueteiros duelam nas licitações para ganhar o direito de “criar” as marcas publicitárias dos programas de governo (no nosso tempo, toda política pública tem nome de sabonete, ou quase isso).

No meio dos turbilhões vernaculares para batizar isso e aquilo, o repórter é apenas um a mais – mas esse um a mais não pode faltar. Não se espera dele que saia por aí inventando os substantivos da língua corrente, mas o repórter – como, de resto, toda a imprensa – tem o dever de chamar cada coisa e cada personagem pelo nome devido. Se não fizer isso, vai desinformar a sociedade. Se quiser mesmo noticiar os acontecimentos com clareza e com objetividade, o jornalismo precisa saber nomeá-los.

Um exemplo? Está na mão. O que aconteceria se, em lugar da palavra “motim”, os jornais, as rádios, as emissoras de TV e os sites noticiosos na internet resolvessem usar a palavra “greve” para se referir ao assalto contra a ordem pública que vem sendo perpetrado por policiais cearenses? Aquilo não é uma “greve”. É um motim. Se os jornais comessem a chamar aquele levante armado de “greve” – palavra que aparece na legislação democrática como um direito do trabalhador – desorientariam os leitores, ouvintes e telespectadores. Estes não entenderiam nada de nada e poderiam até achar que os criminosos amotinados, com o rosto coberto por balaclavas, ati-

rando em pessoas desarmadas, não passam de assalariados explorados exercendo seu direito de não trabalhar. Em resumo, se chamasse de “greve” o motim do Ceará, a imprensa prestaria um desserviço à sociedade e faria propaganda, ainda que involuntária, a favor dos amotinados.

Simples, não? Na verdade, não é tão simples assim. Quando se trata de cobrir os atos do atual presidente da República, a tarefa de dar nome às coisas se complica um pouco. Nesse ponto, temos tido dificuldades. Há dois dias o chefe de governo distribuiu pessoalmente, por meio de seu telefone celular, convocações para um ato público que pretende ameaçar os representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário.

A intimidação virulenta já

Convocação indevida de ato público escancarou o prenúncio de uma crise institucional

começou. Está na rua. Num vídeo divulgado pelos organizadores do ato, uma música dos Titãs, *O Pulso*, serve de plataforma para a agressão das autoridades. Aproveitando-se da letra, que arrola um inventário copioso de doenças, o vídeo exibe uma sucessão de fotografias de deputados, senadores, governadores e ministros do Supremo, associando cada rosto a uma enfermidade. Em termos rudimentares e imorais, a peça “xinga” as autoridades de “doentes”. Em seguida, enuncia a mensagem de que para resolver os problemas do Brasil é preciso extirpar do País todos os focos de “moléstias”. Não há dúvida: o ato convocado pelo presidente da República é, sob todos os ângulos, uma investida odiosa e golpista contra as instituições democráticas e as pessoas que legitimamente as representam. A intenção dos organizadores é desacreditar o Estado e pavimentar o caminho espúrio para que o presi-

dente avance na direção de uma ditadura.

O uso da canção dos Titãs foi indevido. Dois dos três autores da música, Arnaldo Antunes e Tony Bellotto, repudiaram publicamente o uso que a extrema direita fez dela (o terceiro autor, Marcelo Fromer, está morto). O uso de símbolos militares também é indevido. Há oficiais protestando contra a pregação de que as Forças Armadas devem tomar o poder dos políticos. Tudo aí é indevido.

A convocação – indevida – desse ato público escancarou o prenúncio de uma crise institucional. É claro que todo mundo tem o direito de ir às ruas para gritar o que quiser. As pessoas têm o direito até de pedir por uma ditadura militar. Birutice faz parte. Agora, quanto ao presidente da República, que jurou solenemente respeitar, manter e cumprir a Constituição, esse aí não tem o direito de se engajar a plenos pulmões no fanatismo golpista. A lei obriga-o a defender a ordem constitucional. Se não observar a obrigação que lhe cabe, o mandatário ficará exposto a um processo que lhe pode custar o cargo.

O curioso é que o presidente, pronunciando seus impropérios inconstitucionais, vai se fingindo de “normal”. Força os limites, dia após dia. Quebra o decoro, faz apologia de torturadores, chama o povo para atacar o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal e age como um chefe de motim. Ele se situa *fora* do campo democrático, atenta contra os símbolos mais caros da democracia – isso é um fato – e setores da imprensa ainda parecem acreditar que tudo está “normal”.

As redações precisam refletir. Dar o nome justo a cada coisa – e a cada agente público – vai se tornando urgente e indispensável.

27 FEV 2020

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

FÁBIO CAMPANA

EROSÃO DEMOCRÁTICA

Ex-ministro dos Direitos Humanos no governo FHC, Paulo Sérgio Pinheiro, está preocupado com a “erosão democrática” no Brasil. A Comissão Arns já denunciou Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional sob acusação de estimular ataques às populações indígenas. Em março, o grupo voltará a falar sobre o país na ONU em Genebras e numa reunião da OEA em Porto Príncipe. Pinheiro diz que “a comunidade internacional está perplexa com o que acontece no Brasil”.

CANDIDATURA

Bolsonaro pensa em ver o juiz Marcelo Bretas, largando a toga para ser o grande oponente de Wilson Witzel na disputa pelo governo do Rio em 2022 – e com o apoio dele e, claro, o mesmo sistema de artilharia digital.

É O RIO!

Defensoria Pública e Ministério Público entraram na Justiça com um pedido coletivo de indenização com a Cedae, pedindo o bloqueio de R\$ 560 milhões da companhia e um abatimento de 70% na conta de água dos consumidores afetados pela água contaminada pela geosmina. Já o Cedae – quem diria – propôs à título de indenização, um desconto de R\$ 1,25 para cada consumidor e diz que é o limite de suas possibilidades.

“
Meu livro de
cabeceira era e
continua sendo o
Verdade Sufocada,
do Coronel Carlos
Alberto Brilhante
Ustra.”

JAIR BOLSONARO
em elogio ao
torturador

27 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Desembargadoras

Excelente a reportagem "Apenas 20% dos desembargadores são mulheres" (Poder, 26/2). Um elemento essencial para o ingresso de mulheres no TJ-SP, em 1981, foi a luta das advogadas. E a Associação Juizes para Democracia contribuiu para uma mudança que redundou em crescimento. A lei estadual 9.351/96 vedou a identificação dos candidatos nos concursos, para evitar nepotismo e romper a barreira contra as mulheres. Assim, mais mulheres passaram a ingressar na magistratura.

Kenarik Boujikian, desembargadora do
TJ-SP de 1989 a 2019 (São Paulo, SP)

27 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Alvo de bolsonaristas, Congresso e STF frearam excessos do presidente

Na presidência de Maia, Câmara é o principal contraponto a propostas polêmicas do Executivo

Reynaldo Turollo Jr. e
Danielle Brant

BRASÍLIA Alvo constante de ataques de grupos bolsonaristas, o Congresso e o Supremo Tribunal Federal têm atuado na gestão Jair Bolsonaro para retardar ou mesmo barrar propostas do Poder Executivo vistas como excessos presidenciais.

Na figura do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a Câmara desponta como o principal contraponto a medidas polêmicas adotadas pelo Palácio do Planalto, já tendo articulado, por exemplo, freios a pontos do pacote anticrime e do recém-enviado projeto que permite mineração em terras indígenas.

Nesta terça (25), o presidente compartilhou com amigos um vídeo em que convoca a população para ato no próximo dia 15 de março. Embora o alvo da manifestação e o centro dos ataques no momento seja o Congresso, o Supremo também é mencionado em postagens de bolsonaristas.

A manifestação podem azeitar ainda mais a relação entre o governo e o Congresso.

Maia, que já se referiu a Bolsonaro como “produto de nossos erros”, atuou diretamente para amenizar textos envolvendo temas controversos.

O pacote anticrime do ministro Sergio Moro (Justiça)

era uma das principais bandeiras de Bolsonaro para o combate à criminalidade e um dos pilares de sua agenda de segurança pública.

Maia, ao receber o projeto, decidiu enviá-lo juntamente com uma proposta do ministro Alexandre de Moraes (STF) sobre o mesmo tema a um grupo colegiado formado por 16 deputados.

Na segunda metade de 2019, os congressistas fizeram alterações significativas no projeto. Saiu, por exemplo, o excludente de ilicitude, dispositivo que poderia isentar de punição agentes que cometessem excessos por “escusável medo, surpresa ou violenta emoção”.

A prisão em segunda instância também ficou de fora do texto final — no momento, uma PEC (proposta de emenda à Constituição) sobre a matéria está sendo debatida em comissão especial da Câmara.

No projeto que prevê mineração em terras indígenas, Maia indicou que vai ditar o ritmo da tramitação e criou uma comissão especial para analisar o assunto.

O recurso pode ser usado quando uma matéria é distribuída a mais de três comissões da Casa para debate de mérito, mas também é uma maneira de o deputado controlar o texto final.

A proposta foi enviada pelo Executivo no início de fevereiro. Em tese, poderia ser votada só na comissão, mas, dado o tema controverso, dificilmente escapará do plenário da Câmara, onde deve sofrer mais alterações com as digitais de Maia.

O projeto de armas de Bolsonaro também foi desidratado, e as mudanças previstas no Estatuto do Desarmamento ficaram restritas aos CACs (coleccionadores, atiradores e caçadores). O texto que estipula excludente de ilicitude para agentes e militares envolvidos em operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) está parado.

Em sua mais recente transmissão ao vivo, Bolsonaro afirmou que se reuniria com Maia e com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para pautarem o tema, mas o projeto não está na lista de prioridades do Legislativo.

Recentemente, duas medidas provisórias perderam a validade por falta de interesse dos parlamentares. As MPs da carteirinha digital para estudantes e a que desobrigava empresas de publicarem balanços em jornais de grande circulação expiraram sem que fossem criadas as comissões especiais para analisá-las.

CONTINUA

Além de deixar medidas provisórias caducarem, os parlamentares, com aval de Maia, também rejeitaram outra MP, a que previa aporte de R\$ 3,5 bilhões à Eletrobras como forma de reembolsar a estatal por despesas de suas distribuidoras de energia no passado. No entendimento do presidente da Câmara, o assunto deveria ser tratado por um projeto de lei.

Já o presidente do Senado tem uma atuação mais alinhada a Bolsonaro e evita fazer críticas públicas aos excessos do Executivo. Um gesto recente foi quando minimizou as ofensas dirigidas pelo presidente à jornalista Patrícia Campos Mello, da **Folha**, afirmando que o episódio é "página virada". As maiores críticas do senador são à fraca articulação política do governo na Casa, mas raramente ele se manifesta sobre projetos controversos enviados pelo Executivo.

No Supremo, os ministros têm barrado atos do governo que, no entendimento deles, desrespeitam a atribuição do Congresso de legislar, sobretudo os que têm impacto na área social. O tribunal analisa esses casos quando é provocado por agentes como partidos políticos, OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e Ministério Público.

Em agosto passado, o plenário derrubou, por unanimidade, uma MP que transferia da Funai (Fundação Nacional do Índio) para o Ministério da Agricultura demarcação de terras indígenas.

Bolsonaro editou uma segunda medida provisória sobre esse tema depois que o Congresso rejeitou a primeira, o que a Constituição veda numa mesma legislatura.

"O comportamento do atual presidente da República, revelado na reedição de medida provisória clara e expressamente rejeitada pelo Congresso Nacional, traduz uma

clara, inaceitável transgressão à autoridade suprema da Constituição Federal e representa inadmissível e perigosa transgressão ao princípio fundamental da separação de Poderes", afirmou, na ocasião, o decano Celso de Mello.

Outra decisão unânime da corte foi em junho, quando restringiu o alcance de um decreto que permitia extinguir órgãos colegiados da administração federal, como conselhos, comitês e comissões. A medida do Executivo foi criticada por diminuir a participação da sociedade na tomada de decisões.

Em dezembro, em votação no plenário virtual, os ministros decidiram por 6 votos a 4 suspender uma MP que extinguiu o seguro obrigatório DPVAT, que direciona recursos para a saúde.

Decisões individuais, que ainda passarão por julgamento no plenário, também suspenderam já atos do Executivo federal. O tribunal tem dado vitórias ao governo na área econômica, como a que autorizou a venda de subsidiárias de estatais sem necessidade de aval do Congresso e licitação prévia.

Medidas de Bolsonaro freadas no Congresso ou no Supremo

- Ampliação das causas excludentes de ilicitude
- MP da carteirinha de estudante
- MP dos balanços
- MP da Eletrobras
- Terras indígenas
- Extinção de conselhos
- DPVAT
- Conanda
- Publicação de editais

27 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

Limite a Bolsonaro

Talvez apenas o temor de um processo de impeachment possa deter a perigosa aventura

Deram em nada as expectativas de que o presidente Jair Bolsonaro usaria o feriado para, em benefício do próprio governo, investir na distensão. O mandatário pôs fogo na fervura de movimentos extremistas que planejam manifestar-se no próximo dia 15.

Na tentativa de promover o ato, a escória do bolsonarismo difundiu mensagens de ataque e insulto ao Congresso Nacional e de exaltação a oficiais militares, um apelo a sua intervenção. Trata-se de golpismo de extrema direita, francamente minoritário no país.

Os aloprados foram ataçados pelo ministro Augusto Heleno, que acusou congressistas de chantagem. A imagem do titular da Segurança Institucional, general da reserva, e o vitupério que endereçou ao Parlamento estampam um dos panfletos da manifestação.

Nesta terça (25) soube-se que o presidente da República em pessoa promoveu, em rede de troca de mensagens, conclamações à participação nos protestos. O argumento de que se trata de interações privadas não o exime da responsabilidade a que o cargo o obriga.

A segunda linha de defesa, de que o conteúdo compartilhado se restringe a enaltecer o chefe de Estado e não ofende outros Poderes, tampouco se sustenta. Bolsonaro sabe bem o teor dos atos que sua irresponsabilidade divulgou.

Não por outra razão, o decano do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, referiu-se a crime de responsabilidade ao reagir a nova sandice do governante. A Carta vincula essa infração a atos do presidente que agridam o livre exercício do Poder Legislativo.

Diante das demonstrações reiteradas de desprezo pela institucionalidade e de violações dos requisitos legais de honra, decoro e dignidade para o exercício da Presidência, talvez apenas o medo do impeachment possa deter a perigosa aventura Bolsonaro.

As constantes estocadas contra as balizas do Estado democrático de Direito, seguidas de recuos táticos, não parecem obedecer apenas à necessidade do presidente de desviar a atenção do público de temas para ele espinhosos, como sua proximidade com milicianos ou a inapetência de seu governo em fazer a máquina administrativa funcionar.

Elas constituem também uma forma de testar os limites da tolerância das instituições republicanas a propostas estranhas ao arcabouço constitucional. Da resposta firme e inequívoca às provocações depende a continuidade da marcha civilizatória no Brasil.

Passar a mão na cabeça de quem incentiva e pratica a brutalidade nunca foi método eficaz de defender o regime das liberdades.

FOLHA DE S. PAULO

BRUNO BOGHOSSIAN

Sem limites

27 FEV 2020

BRASÍLIA Um governante que passa o mandato fomentando conflitos com outras instituições não está simplesmente inconformado com as adversidades da política. Os movimentos de Jair Bolsonaro nesse sentido são lances cada vez mais ostensivos para driblar controles democráticos e tentar expandir seus poderes.

Em mensagens disparadas para aliados desde o fim de semana, o presidente endossou, na prática, os protestos contra o Congresso e o STF marcados para o próximo dia 15. Manifestações contra esses órgãos fazem parte do jogo. Avalizadas pelo chefe do Executivo, porém, elas se tornam ferramentas de intimidação.

Bolsonaro jamais escondeu que gostaria de arrasar a estrutura institucional que limita seu poder e fiscaliza sua atuação. Um protesto não é suficiente para romper essas amarras, mas contribui com seu esforço para reduzir a legitimidade das decisões do Legislativo e do Judiciário.

O Congresso e o STF funcionam segundo as regras que Bolsonaro aceitou seguir desde o início de sua longa carreira política. Agora na Presidência, ele finge surpresa com a democracia e percebe que suas vontades nem sempre serão atendidas.

A divisão de Poderes existe para permitir que abusos cometidos de um lado da praça sejam corrigidos de outro — ainda que pareçam respaldados por algum apoio popular. Como Bolsonaro está mais propenso a cometê-los do que a corrigi-los, seu desejo é apagar essas limitações.

Numa reação forte, Celso de Mello lembrou que o presidente pode muito, “mas não pode tudo”. Para o decano do STF, Bolsonaro “desconhece o valor da ordem constitucional” e exhibe um “ominoso despreço” pelo princípio democrático.

As manifestações insufladas pelo governo supõem que a força de Bolsonaro se sobrepõe ao poder de um Parlamento eleito na mesma votação que o lançou ao Planalto. O presidente pode até se indignar quando congressistas frustram seus planos. Se decide emparedá-los para que viam meros carimbadores, chega-se ao terreno do autoritarismo.

27 FEV 2020

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

11

O ministro Celso de Mello disse que Bolsonaro não está à altura do cargo que exerce. E por acaso Lula e Dilma estiveram? Depois de tudo o que fizeram contra a nação? O que vemos é um STF contrário à vontade popular, com decisões equivocadas, como a blindagem a Glenn Greenwald, o fim da segunda instância, a censura à revista Crusoé... A realização de passeata em protesto contra a direção deste Congresso que dificulta as mudanças no país é democrática.

Marco Antonio Cardoso de Andrade
(Lorena, SP)

MÔNICA BERGAMO

! • **MESA** O presidente da OAB, Felipe Santa Cruz, está convidando entidades como a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a UNE para um debate sobre a defesa da Constituição.

27 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

Mulheres do Paraná vão poder usar aplicativo para denunciar violência

PL aprovado em primeiro turno na Assembleia Legislativa estabelece que as mensagens serão encaminhadas em um canal seguro e recebidas por servidor público responsável por dar seguimento ao atendimento

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - As mulheres do Paraná vão poder contar em breve com um aplicativo para denunciar, de forma anônima, casos de violência doméstica. O projeto de lei 50/2019, que cria o "Salve Maria", já foi aprovado em primeiro turno na AL (Assembleia Legislativa) e deve voltar a plenário na semana que vem, no retorno aos trabalhos após o Carnaval.

A autora da iniciativa é Mara Lima (PSC), uma das cinco deputadas que cumprem mandato hoje na Casa - dentre os 54. Antes de entrar em vigor, a proposta precisa passar por mais ao menos dois turnos de votação e, na sequência, ser sancionada pelo governador Ratinho Junior (PSD).

Conforme o texto, as mensagens serão encaminhadas por meio de um canal seguro e recebidas por um servidor público, que dará seguimento ao atendimento, até que sejam tomadas as providências cabíveis ao caso.

De acordo com Mara Lima, a ideia é atingir não apenas as

vítimas que tenham conquistado a medida protetiva. "Vivemos atualmente em um mundo digital. Não podemos perder a oportunidade de ter um aplicativo em nossos celulares que venham socorrer mulheres vítimas de agressões", argumenta.

O dispositivo já existe nos Estados do Piauí e Rio Grande do Sul e está em fase de implantação em Santa Catarina. "O aplicativo é digital, podendo se utilizar da telefonia móvel e não depender de um aparelho eletrônico específico, conforme outras iniciativas de proteção em uso no momento, como o botão do pânico, que infelizmente não está disponível para todo o Paraná, possivelmente por seu alto custo de implantação", justifica a parlamentar.

TARIFA DE ÁGUA

Também segue em tramitação na AL, ainda na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a mensagem 76/2020, que pretende isentar do pagamento da tarifa residencial de abastecimento de água e esgotamento sanitário as unidades consumidoras habitadas

por família em situação de vulnerabilidade social. O proponente é o deputado Luiz Fernando Guerra (PSL).

Ele propõe que o CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) seja utilizado como parâmetro. As famílias beneficiárias precisam: ter uma renda familiar de até três salários mínimos por família ou ½ (meio) salário mínimo por pessoa para imóveis com até quatro ocupantes; morar em casa com até setenta metros quadrados de área construída; e que o consumo mensal de água seja de até 10 metros cúbicos por mês.

27 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

Ante reações, bolsonaristas negam afrenta a Congresso em manifesto

Responsável por organizar ato a favor do governo em Londrina, deputado Filipe Barros diz que há uma ala de parlamentares interessada em implementar "golpe" pró-parlamentarismo

Guilherme Marconi

Reportagem Local

A manifestação convocada em apoio ao governo Bolsonaro para o dia 15 de março provocou reações no Congresso e no STF (Supremo Tribunal Federal). Em Londrina, a convocação pelo ato na Avenida Higienópolis já circula nas redes sociais por convite feito por assessores do deputado federal Filipe Barros (PSL). Entretanto, o deputado londrinense nega que o ato tenha o intuito de colocar a população contra as instituições.

Segundo Barros, existe uma parte do Congresso que quer implementar um "golpe" junto com a imprensa para implantar o sistema parlamentarista no Brasil, tirando o poder do presidente da República para definir questões fundamentais como o orçamento público, por exemplo. "Pelo contrário, queremos fortalecer nossas instituições, que estão sendo vilipendiadas". Ele afirma que o vídeo compartilhado pelo presidente Bolsonaro no whatsapp não fala

contra o Congresso, mas contra personagens. "Se esses deputados querem controlar o orçamento, eles precisam se candidatar à presidência."

Já o presidente Jair Bolsonaro chamou de "tentativas rasteiras de tumultuar a República" as interpretações sobre ele ter compartilhado um vídeo em apoio a atos. Em rede social, Bolsonaro não negou ter enviado a amigos por whatsapp um vídeo em que convoca a população a ir às ruas. Afirmou usar esse aplicativo para trocar mensagens de "cunho pessoal". "Qualquer ilação fora desse contexto são tentativas rasteiras de tumultuar a República", completou o presidente em publicação nas redes sociais nessa quarta-feira (26).

STF E OAB

O decano do STF, ministro Celso de Mello, afirmou que a conclamação de Bolsonaro para os atos, "se confirmada", revela "a face sombria de um presidente da República que desconhece o valor da

ordem constitucional, que ignora o sentido fundamental da separação de Poderes, que demonstra uma visão indigna de quem não está à altura do altíssimo cargo que exerce e cujo ato de inequívoca hostilidade aos demais Poderes da República traduz gesto de ominoso desapareço e de inaceitável degradação do princípio democrático!!!".

O presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Felipe Santa Cruz, disse que o ato de Bolsonaro, se confirmado, pode abrir caminho para pedido de impeachment. "Entendo que é inadmissível, o presidente está mais uma vez traindo o que jurou ao Congresso em sua posse, quando jurou defender a Constituição Federal. A Constituição e a democracia não podem tolerar um presidente que conspira por sua supressão", afirmou Santa Cruz.

CONTINUA

27 FEV 2020

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Para Filipe Barros, qualquer tentativa de associar a convocação ao ato ao impedimento do presidente Bolsonaro é patética. "A manifestação tem pauta única de apoio a Bolsonaro. Crime é o que foi feito pelo governo do PT, que para controlar o Congresso no seu primeiro mandato comprou deputados por meio do 'mensalão' via dinheiro público retirado das estatais. Bolsonaro, ao contrário, fez uma reforma impopular como da Previdência com apoio de grande parte da população."
(Com Folhapress)

27 FEV 2020

BEMPARANÁ

Toffoli vê 'clima de disputa permanente'

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, afirmou ontem que o Brasil "não pode conviver com um clima de disputa permanente" e que é preciso "paz para construir o futuro". Em nota, o chefe do Judiciário também diz não existir "democracia sem um Parlamento atuante, um Judiciário independente e um Executivo já legitimado pelo voto".

Sem mencionar o fato de o presidente Jair Bolsonaro ter compartilhado através de mensagens no WhatsApp vídeos que convocam a população a sair às ruas no dia 15 para protestar contra o Congresso, Toffoli finaliza a declaração citando que a "convivência harmônica entre todos é o que constrói uma grande nação".

"Sociedades livres e desenvolvidas nunca prescindiram de instituições sólidas para manter a sua integridade", defendeu o magistrado.